

# GESTÃO COMPARTILHADA DA COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR



# PROJETO DE EXTENSÃO

“Promovendo a comercialização solidária  
dos agricultores familiares de Alegre-ES”

---

## Coordenação



UFES

---

## Parcerias



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
*Secretaria da Agricultura, Abastecimento,  
Aqüicultura e Pesca*

---

## Apoio Financeiro



## **FICHA TÉCNICA**

### **Autores**

Halloysio Miguel de Siqueira (*Prof. da UFES/CCA*)

Joana Junqueira Carneiro (*Agente de extensão do INCAPER*)

Jorge Antônio Gonçalves Bitencourt (*Presidente do SITRUA*)

Bárbara de Oliveira Falce (*Eng<sup>a</sup> agrônoma, bolsista-FAPES*)

Caio César Soares Biancardi (*Estudante da UFES/CCA, bolsista-FAPES*)

Rafael Rodrigues (*Estudante da UFES/CCA, bolsista-PROEX*)

Maria Aparecida Fernandes (*Eng<sup>a</sup> agrônoma, bolsista-FAPES*)

Roseanny Carla Basílio da Costa (*Funcionária do SITRUA*)

### **Ilustração**

Paulo Vitor Dalto de Souza

**Projeto de extensão** - "Promovendo a comercialização solidária dos agricultores familiares de Alegre-ES"

Coord.: Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Ciências Agrárias (UFES/CCA)

**Alegre-ES, abril de 2015**

## **APRESENTAÇÃO**

Esta cartilha descreve uma proposta de gestão compartilhada da comercialização solidária de alimentos, produzidos pelos(as) agricultores(as) familiares, com base na experiência que vem sendo realizada no município de Alegre-ES.

Esperamos que as ideias aqui apresentadas animem mais agricultores(as) familiares e consumidores(as) a participarem dessa forma de comercialização de alimentos, e que também venham a assumir um papel ativo na gestão.

Assim, acreditamos que valores como solidariedade, justiça, autonomia e sustentabilidade poderão ser cada vez mais consagrados como base fundamental das relações comerciais que aproximam campo e cidade.

Tomara que gostem da leitura!

Os(as) agricultores(as) familiares, geralmente, costumam perder uma grande parte do valor que é pago pelos(as) consumidores(as) finais de seus produtos, devido à dependência dos compradores e revendedores intermediários.

As principais **causas dessa situação desfavorável dos(as) agricultores(as) familiares nos mercados** são as seguintes:

- Falta de informação sobre os possíveis mercados;
- Falta de planejamento da produção;
- Falta de infraestrutura de apoio à comercialização (ex.: armazenamento, estradas em boas condições);
- Falta de organização social dos agricultores; e
- Necessidade urgente de gerar renda para sobreviver.



Nesse contexto, as feiras livres são importantes espaços da prática de uma comercialização solidária, em pequena escala, onde a relação entre produtor(a) e consumidor(a) é direta.

Além delas, podemos citar os “mercados institucionais”, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). E também existem as redes de comercialização solidária.

### **A comercialização solidária se baseia nos seguintes princípios:**

- Prioridade à atuação em nível local;
- Relação direta e transparente entre produtor(a) e consumidor(a);
- Corresponsabilidade e relação de longo prazo;
- Pagamento de preço justo;
- Respeito ao meio ambiente e à dignidade do trabalho.

Os mercados solidários representam importantes alternativas de geração de renda para os(as) agricultores(as) familiares, incentivando a diversificação agrícola na região, inclusive com culturas que podem gerar renda semanal.

Isso contribui para a permanência das famílias agricultoras no campo com mais dignidade.

Ao mesmo tempo, esses mercados estão contribuindo para a segurança alimentar das pessoas consumidoras, pois podem ter acesso a alimentos mais frescos e saudáveis, produzidos na própria região.



Na feira e nas redes, há a vantagem dos consumidores pagarem preços mais justos, já que podem comprar diretamente dos(as) agricultores(as) familiares.

No caso do PAA, os(as) consumidores(as) são, por exemplo, crianças e idosos(as) desamparados(as) e pacientes de hospitais públicos, os quais recebem os alimentos por doação do governo federal.

No PNAE, os(as) consumidores(as) são os(as) estudantes de escolas públicas municipais, estaduais e federais (de ensino médio e técnico) que são beneficiados(as) com a merenda escolar gratuita.



Entretanto, a participação dos(as) agricultores(as) familiares nos mercados solidários se esbarra no fato deles(as) estarem acostumados(as), historicamente, a sempre contarem com algum agente externo (técnico ou político) para fazer tudo por eles(as), de modo paternalista.

O pior é que, muitas vezes, essa “ajuda externa” é feita por políticos espertos que se aproveitam da falta de conhecimento da população sobre certos assuntos, mantendo um vínculo permanente de favor político, em troca de voto nas eleições.

É por esse motivo que um ponto estratégico para a ampliação e o aprimoramento dos mercados solidários seria fazer a “**gestão compartilhada**” dos mesmos.

Essa gestão (ou administração) deve ser assumida, principalmente, pelas associações dos(as) agricultores(as) familiares, com base na iniciativa e no esforço conjunto dos(as) próprios(as) associados(as), de modo a concretizar o seu papel de principais agentes da luta para melhorar o acesso aos mercados.

As associações também podem buscar o apoio de entidades parceiras. Porém, é preciso sempre **preservar a autonomia dos(as) agricultores(as) familiares**, ou seja, a sua liberdade de tomar iniciativa e “caminhar com as próprias pernas”.

Diante disso tudo, no município de Alegre-ES, vem sendo desenvolvido um Projeto que busca apoiar os(as) agricultores(as) familiares no processo de comercialização solidária dos alimentos que produzem.

A meta principal é que eles(as) passem a assumir a gestão compartilhada dos programas governamentais PAA e PNAE, da feira e até de outros mercados solidários a serem criados nesse município.

O Projeto é coordenado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/CCA), a qual conta com os seguintes parceiros principais: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre (SITRUA), a Rede da Agricultura Familiar de Alegre (RAF-Alegre) e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).

O Projeto vem realizando ações de capacitação e de assessoria na elaboração dos projetos de venda e na gestão da comercialização solidária. Também mantém uma tenda instalada (mensalmente) na feira, onde presta orientações sobre comercialização e economia solidárias e sobre os programas PAA e PNAE.



A gestão compartilhada implica no compromisso dos(as) agricultores(as) familiares de **assumirem as seguintes novas responsabilidades:**

- Fazer o planejamento em conjunto da produção;
- Elaborar e cuidar da tramitação dos projetos de venda das associações;
- Negociar com o poder público (ex.: Prefeitura e CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento);

- Colaborar no levantamento dos custos de produção e comercialização dos alimentos, como base para a referida negociação;
- Acompanhar o levantamento dos preços referenciais que serão considerados nas compras públicas;
- Reivindicar e colaborar nas capacitações;
- Reivindicar projetos de investimento para desenvolver a produção familiar, além de acompanhar a tramitação dos mesmos.

No caso dos mercados institucionais (PAA e PNAE), um dos pontos centrais da gestão é o **planejamento da produção em conjunto** para atender mais e melhor às suas demandas.

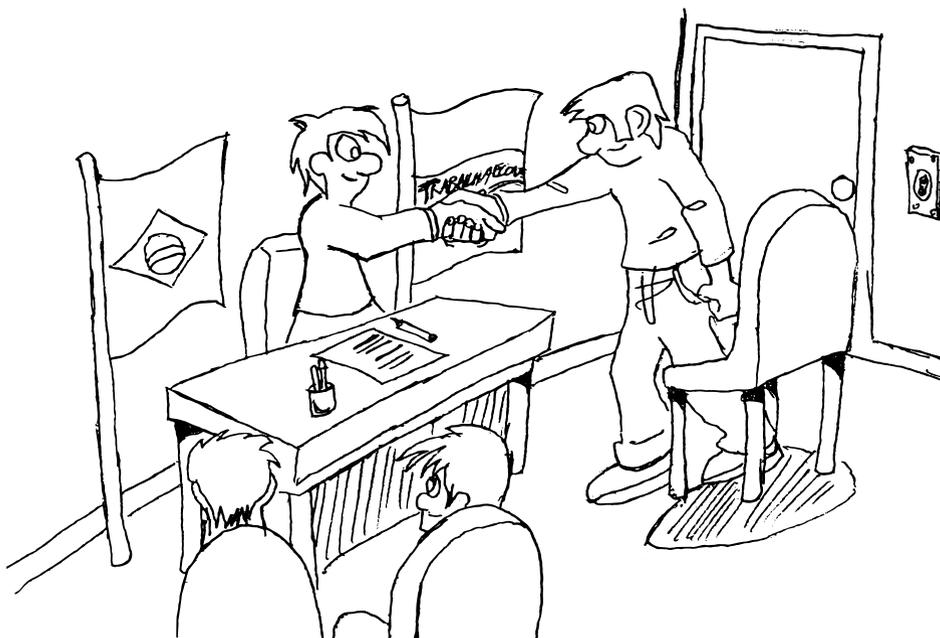
A programação dos tipos e das quantidades de alimentos a produzir e ofertar, de acordo com as demandas, vai evitar a ocorrência de falta ou excesso de algum alimento. Serão necessárias reuniões para fazer o planejamento, de preferência, com a presença de todos(as) os(as) agricultores(as) envolvidos(as).



As **negociações com o poder público** serão essenciais e permanentes. No caso dos mercados institucionais, vão envolver questões como: os alimentos que serão comprados, os preços a serem pagos e as condições de pagamento e de entrega dos alimentos.

No caso da feira, podem ser negociadas melhorias na infraestrutura (ex.: cobertura, bancadas), na manutenção (ex.: limpeza, pintura) e no seu regime de funcionamento (ex.: dias/horários, critérios de participação).

Essas negociações podem ser, muitas vezes, tensas e cansativas, a depender de quem estará representando o poder público. Por isso, é importantíssimo que os(as) agricultores(as) participem ativamente das mesmas, através seus representantes, pois os desafios políticos são enormes. Mas, as estratégias de negociação devem ser pensadas e discutidas por todos(as).



O acompanhamento da tramitação das decisões negociadas deve ser feito, preferencialmente, pelos(as) próprios(as) agricultores(as) familiares (ex.: através de comissões), embora podendo contar com o apoio de entidades parceiras.

Esse acompanhamento é essencial porque sempre haverá o risco de certas decisões “não saírem do papel” ou demorarem muito a serem executadas. E o risco é ainda maior quando se trata de projetos de investimento, que dependem de esforço do poder público.

Quanto às **capacitações**, podem ser incluídos temas como: “diversificação de culturas/produtos”, “legalização de agroindústrias rurais familiares” e “elaboração de projetos de venda de alimentos”. São temas essenciais para favorecer a participação dos(as) agricultores(as) familiares nos mercados solidários.



Porém, as capacitações não devem ocorrer isoladamente. Elas devem ser programadas como parte de uma estratégia maior que vai englobar outras ações complementares, tais como as condições concretas de acesso aos mercados.

Cabe lembrar que para as famílias agricultoras modificarem a sua realidade de produção e comercialização é preciso não só que **saibam** por que e como mudar (através da capacitação), mas também **queiram** mudar e **possam** colocar em prática as mudanças.

Para o sucesso da gestão da comercialização, também será preciso manter organizados os dados e informações que vão auxiliar os(as) agricultores(as) a tomarem as decisões mais adequadas. São arquivos na forma de tabelas, gráficos e outros documentos.



Por exemplo, pode ser um gráfico mostrando o balanço entre a oferta e a demanda dos alimentos comercializados. Assim, indicaria a necessidade de intervenção sempre que houver falta ou excesso de algum alimento.

Outro exemplo seria uma tabela indicando a renda líquida obtida com a venda de cada alimento. A renda líquida é calculada descontando o custo de produção/comercialização do preço recebido. A venda será viável somente se a renda for positiva, ou seja, se o preço cobrir o custo e ainda deixar uma margem para o(a) agricultor.

Deve-se também procurar manter o **diálogo permanente com os(as) consumidores(as)** para lidar com eventuais reclamações e sempre buscar acolher as suas sugestões. Essas sugestões podem ajudar no aperfeiçoamento da produção e do processo de venda dos alimentos.

No caso do PAA, recomenda-se promover a integração entre os segmentos sociais envolvidos (agricultores, entidades beneficiadas e de apoio). Encontros periódicos para avaliar o andamento do PAA, pensar ações conjuntas e consolidar os laços de união em prol do comércio solidário, serão importantes.

Se ainda não houver no município uma **cooperativa**, poderá ser interessante a implantação de uma que atue como facilitadora da venda dos alimentos, inclusive buscando novos mercados. Também poderá atuar como agroindústria, visando ampliar a variedade de alimentos ofertados (ex.: polpas de frutas, filé de peixe e panificados).

Mas, é preciso ter cuidado na implantação e na condução da cooperativa para que cresça e se mantenha fiel aos princípios da gestão democrática e solidária.



Por fim, vale destacar o papel fundamental, em Alegre-ES, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Rede da Agricultura Familiar, como bases de organização política dos(as) agricultores(as) familiares.

A gestão compartilhada da comercialização passou a ser mais um importante tema de pauta nas reuniões dessas entidades. Nelas, são discutidas e propostas ações estratégicas de apoio.

### **Relato de uma experiência bem sucedida**

Cabe descrever aqui a experiência que mais avançou em Alegre (de 2013 a 2015), quanto à gestão compartilhada, e que vem sendo coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o apoio da equipe do projeto antes referido. Refere-se ao processo de **construção das Chamadas Públicas do PNAE**.

Esse processo envolve, de um lado, a negociação da variedade e da quantidade de alimentos que serão adquiridos pelo município, através da Secretaria de Educação. De outro lado, envolve o planejamento em conjunto da produção para atender à demanda das escolas municipais.

A negociação é feita em dois momentos:

- No primeiro, ocorre uma reunião da equipe do projeto com a Secretária de Educação e a nutricionista;
- No segundo, há outra reunião (mais ampla) com todos(as) os(as) agricultores(as) familiares interessados(as) em participar da Chamada Pública, sendo coordenada pela Secretária de Educação.

O planejamento em conjunto da produção, a ser ofertada para o PNAE municipal, ocorre em uma terceira reunião, contando com a presença de todos(as) os(as) agricultores(as) familiares interessados(as) e das entidades de apoio.

Nesse momento, é feita a divisão do total de alimentos a ofertar, entre as associações de agricultores(as) familiares, com base em critérios definidos em comum acordo.

Depois, a equipe técnica de apoio elabora os projetos de venda, a serem apresentados na Chamada Pública, e as associações providenciam os documentos exigidos.

O ideal é que as próprias associações elaborem seus projetos, mas, ainda não chegaram a esse nível de autonomia. A equipe técnica já capacitou um grupo de jovens rurais para isso.

No **controle social do PNAE**, atua o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). O CAE deve acompanhar e fiscalizar a execução do PNAE no município, de acordo com os princípios e diretrizes definidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Por exemplo, o CAE deve fiscalizar se a Secretaria Municipal de Educação está dando preferência à compra de alimentos (diversificados) dos(as) agricultores(as) familiares e se está cumprindo corretamente os contratos com eles(as) assinados.

Uma comissão, formada por agricultores(as) e técnicos(as) de apoio, deve participar de algumas reuniões do CAE (ao menos uma vez por ano). O objetivo é provocar a discussão e avaliação conjunta do PNAE, sempre em defesa dos direitos e deveres dos(as) agricultores(as), dentro desse programa.

## AGRADECIMENTOS

Aos(às) agricultores(as) familiares participantes da Rede da Agricultura Familiar de Alegre-ES, por terem acreditado nas ideias do Projeto e colaborado nas ações realizadas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, pelo apoio financeiro ao Projeto.

À Pró-Reitoria de Extensão da UFES, pela concessão de uma bolsa de extensão ao Projeto.

---

## Contatos

**Email:** gestaocompartilhada@hotmail.com

**Telefones:** (28) 3552-8644 (UFES/ CAA) - Alegre-ES

(28) 3552-3547 (SITRUA) - Alegre-ES

Para mais informações sobre o Projeto, acessar nosso

**blog:** <http://sociologia-rural-cca.webnode.pt/>